

## **SOBRE A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS**

**António Brotas**

É mais fácil agora para mim escrever um livro sobre Educação do que um artigo, ou, pelo menos, iniciar a sua escrita. Para escrever um livro, basta-me buscar na memória recordações de uma longa e variada carreira de professor e de quando fui estudante (incluindo na escola primária) e a isso juntar as opiniões que defendi e os relatos dos acontecimentos e confrontos relacionados com o evoluir do sistema educativo português em que participei, ou assisti como observador privilegiado, nas últimas décadas.

Para escrever um artigo, põe-se um problema: o que é que posso escrever agora, que seja útil? Com é que o meu texto não fica uma peça desgarrada?

Tendo-me sido pedido um texto sobre o Ensino Superior, conclui que o melhor que tinha a fazer era começar por referir um estado de espírito.

Tenho esperança, não muita mas alguma, de que este ano de 2002 e o próximo venham a ser os anos do amplo debate capaz de influenciar o nosso sistema educativo, tão desejado e tantas vezes tentado, mas sem nunca ter conseguido verdadeiramente vingar e, menos ainda, influenciar os acontecimentos.

Há alguns indícios de que nos tempos mais próximos poderá vir a ser diferente a começar pela grande repercussão que teve no início do ano o manifesto sobre a situação do nosso ensino, a que há a juntar as iniciativas de grupos, possivelmente mais activos do que em anos anteriores e agora auxiliados pelo poderoso instrumento de trabalho que é a Internet e, não podemos ignorá-la, a mudança de governo – os governos recém instalados são sempre mais abertos às iniciativas e opiniões exteriores e procuram fazer coisas novas, nem sempre as melhores.

A avaliação das escolas e dos cursos, que obriga a ver de perto os problemas, é um outro factor que pode contribuir para uma evolução positiva, mas também pode dar origem a um novo espartilho.

O facto inteiramente novo parece-me ser a Internet, que facilitando espantosamente os contactos (talvez em excesso) pode contribuir para romper immobilismos e abrir horizontes, em particular numa Comunicação Social algo entorpecida, que se repete ouvindo-se a ela própria e a alguns gurus, quase sempre os mesmos e que, sem se dar conta, se transformou num factor de estabilidade-conservação do sistema ao (re)transmitir a mensagem subliminar que hoje está na cabeça da maioria dos

portugueses: “ *A Educação está mal (muito mal), não vai melhorar, os debates sobre ela não vão conduzir a nada ( há umas pessoas que falam, escrevem uns manifestos e fazem uns apelos ao Presidente da República, ou algo do género, mas que, no máximo, conseguirão fazer um Congresso para depois continuar tudo na mesma ( ou a piorar).*”

Assim, no espírito de muitos, o ensino português ocupa de um modo estável o lugar a que já estamos habituados e já consideramos normal: o último da Europa. É sintomática a facilidade com que a Comunicação Social põe em títulos de primeira página o resultado de alguns mais do que duvidosos inquéritos feitos lá fora: “*Os estudantes portugueses são os piores da Europa*”. Serão? Implícita, vem atrás a ideia: “*Temos de ir atrás da Europa para recuperarmos o atraso*”. Permito-me um pouco de humor, que não deixa de ser sério: *como o ensino na Europa está a piorar, basta-nos não pior durante uns 20 anos para eles chegarem ao nosso nível.*

Aceito que globalmente (mas com algumas notáveis exceções) o ensino português seja mediocre, mau, e talvez mesmo o pior da Europa, mas considero que esta má qualidade é superficial e frágil, isto é, que está ao nosso alcance rompe-la e fazer surgir no país um ensino de qualidade.

Se o não conseguimos ao longo destes anos, foi por razões de circunstância, por termos desperdiçado oportunidades, por nem sempre termos travado as batalhas devidas e, sobretudo, por não termos acompanhado as críticas gerais por críticas precisas e propostas concretas, o que permitiu que os debates se esvaissem quase sempre em fumo.

Não conseguimos, assim, romper a linha de defesa, a meu ver fragil, dos defensores, ou melhor, dos conservadores da mediocridade do nosso ensino que, estando instalados e contando com alianças, deslocaram o debate sobre a Educação para os aspectos puramente administrativos. Quanto aos pedagógicos, alimentaram um linguarejar que nada diz sobre a realidade largamente apoiado na linguagem mais superficial das auto designadas Ciências da Educação, optando, nos momentos de crise, por ficar calados e esperar, sabendo que o equilíbrio e o vazio mais ou menos disfarçado se voltariam a restabelecer.

Decorre destas linhas que considero necessário para modificar o nosso ensino, criticar não unicamente o ensino, mas também o modo como o temos procurado modificar. Considero que é necessário fazer mais propostas precisas e mais comentários críticos, sabendo que isso nos pode trazer dissabores e incompreensões.

Com a idade que tenho, tenho tendência a lembrar-me de coisas passadas. Choca-me, por exemplo, vêr nos jornais a pompa e circunstância com que UBI comemorou o seu aniversário, e não ver qualquer referência ao Instituto Universitário que a precedeu, ele próprio nascido de um Instituto Politécnico.

A Universidade da Beira Interior existe porque, em 1973, um Professor chamado Duarte Simões da Escola Industrial e Comercial da Covilhã, ao vêr que a Lei da Reforma Universitária criava (no papel) seis Institutos Politécnicos, um deles na Covilhã, e que podiam ser criadas nas Escolas Técnicas turmas de acesso a esses Institutos Politécnicos, teve a iniciativa de criar, na sua escola, logo em 1973, as duas únicas turmas do país de acesso a um Politécnico que ainda não existia.

Foi devido ao seu mérito e esforço, e aos do Professor Réfega em Vila Real que, logo depois do 25 de Abril, arrancaram dois dos seis Politécnicos, que depois os deputados passaram a Institutos Universitários e depois a Universidades.

Não se trata, ao dizer isto, de ser saudosista a lembrar coisas antigas. Trata-se de dizer à UBI que, ao não valorizar o seu passado, está a deixar os seus estudantes incapazes de compreender o presente e de discutir validamente o futuro do Ensino Superior no país e, em particular, na Beira Interior.

É deixar, também, as gerações mais novas sem saberem que o período do pós 25 de Abril, em que alguns viram só o tumulto, foi, também, um dos períodos mais vivos e criativos do ensino português.

É, obviamente, do futuro que mais interessa falar, mas não unicamente do mais imediato. É desejável que os Reitores manifestem preocupações para além daquelas que mais de imediato os afligem relacionadas com a insuficiência das verbas atribuídas às suas instituições.

A qualidade no futuro do nosso Ensino Superior depende, fundamentalmente, do modo de escolha e recrutamento dos seus docentes.

Ora, o modo como eles são actualmente escolhidos é péssimo. É quase impossível a juris muito pequenos escolher convenientemente, em prazos curtos, candidatos com formações e especializações muito diversas, em muitos casos mais habilitados que os próprios elementos dos juris. Surgem, assim, queixas, muitas vezes justificadas. As escolas têm, nestas condições, tendência para escolher entre os elementos da casa e cresce o sentimento de injustiça e de que os melhores, os que chegaram mais longe nos campos mais avançados, têm cada vez menos lugar no Ensino

Superior português. Os Politécnicos, por exemplo, são hoje quase Universidades onde quase não entram universitários.

É incómodo olhar para este problema e é difícil encontrar uma solução para ele. Mas se, não tentarmos, se optarmos por nada fazer nos anos mais próximos para evitar confrontos e dificuldades, estaremos, de facto, a inferiorizar, a prazo e durante muitos anos, o Ensino Superior português e com ele o país.

Penso que há que olhar de frente o problema começar a esboçar soluções para ele.

Um esquema de solução, inspirado no modelo francês dos anos 60, que poderá, talvez, ser o mais adequado, é o seguinte:

Serão constituídas nas grandes áreas; Matemática, Física, Química, Engenharias, Medicina, Literatura, História, etc. etc. comissões nacionais, de uns 30 elementos, compostas de um modo muito diverso e só com um pequeno peso do Ministério que, anualmente, elaborarão listas actualizadas de individuos considerados aptos para o Ensino Superior nas diferentes áreas.

Uma escola que necessite de um professor, de Álgebra, por exemplo, só tem que á lista dos aptos para o Ensino Superior em Matemática e escolher, pelo processo que entender, entre os algebristas que lá figuram aquele que deseja.

O Ministério só deverá reconhecer valor nacional aos diplomas dos cursos das escolas, públicas ou privadas, que entre os seus professores tenham um número razoável de docentes que satisfaçam este requisito.

Este é, obviamente, um esquema que têm de ser mais pensado e aperfeiçoado, que precisa de ser discutido, cujas vantagens e inconvenientes têm de ser analisadas, e que convirá ser posto em confronto com outros que venham a aparecer.

O que acho inconveniente, é continuarmos a ignorar o problema e nada fazer.

**António Brotas**  
**Professor Jubilado do IST**  
**Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica**  
**do VI Governo Provisório (1975-76)**